

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	XV
<b>1 Introdução</b> .....	1
<b>2 Caminhos do princípio da legalidade e Administração Pública</b> .....	11
2.1 A cultura jurídica ocidental antes do princípio da legalidade .....	13
2.2 O nascedouro do princípio da legalidade .....	18
2.3 O Estado de Direito e o princípio da legalidade .....	21
2.3.1 As Dimensões de direitos .....	25
2.3.1.1 Direitos Fundamentais de Primeira Dimensão .....	28
2.3.1.2 Direitos Fundamentais de Segunda Dimensão .....	29
2.3.1.3 Direitos Fundamentais de Terceira Dimensão .....	30
2.4 Os direitos do homem: considerações filosóficas.....	32
2.4.1 Considerações sobre o Direito Natural Moderno .....	34
2.5 Papel dos princípios na ordem jurídica.....	36
2.6 O princípio da legalidade e a Administração Pública.....	39
2.6.1 O princípio da legalidade administrativa no Estado Liberal de Direito.....	42
2.6.2 O princípio da legalidade administrativa no Estado Social de Direito .....	44
2.6.3 O princípio da legalidade administrativa no Estado Democrático de Direito .....	46
2.7 O princípio da legalidade na Administração Pública brasileira.....	48

2.7.1 Constituição de 1988, Administração Pública e Legalidade.....	52
2.7.2 O princípio da legalidade administrativa no Pós-positivismo e Neoconstitucionalismo.....	53
<b>3 A tensão entre a legalidade e a juridicidade com o advento do pós-positivismo .....</b>	<b>57</b>
3.1 O pós-positivismo e a constitucionalização do Direito .....	59
3.1.1 A Transição do Positivismo ao Pós-Positivismo: Integração de Princípios e Normas na Hermenêutica Constitucional Pós-Guerra .....	61
3.1.2 Neoconstitucionalismo e Pós-Positivismo: A Evolução da Constitucionalização do Direito e a Reaproximação entre Direito e Moral.....	63
3.1.2.1 A Centralidade da Constituição de 1988: A Transformação do Sistema Jurídico Brasileiro e a Integração dos Princípios Constitucionais.....	66
3.1.2.2 A Transformação do Direito Administrativo Brasileiro: A Influência da Constitucionalização e a Centralidade dos Princípios Constitucionais .....	68
3.2 O declínio do princípio da legalidade .....	70
3.3 Legalidade x juridicidade administrativa: a tensão .....	75
<b>4 O conteúdo jurídico do princípio da juridicidade administrativa.....</b>	<b>89</b>
4.1 Princípio da Juricidade: Fontes, destinatários e regra abstrata.....	90
4.1.1 Fontes do Princípio da Juricidade.....	91
4.1.2 Destinatários do Princípio da Juricidade .....	94
4.1.3 Regra Abstrata do Princípio da Juricidade .....	95
4.2 O princípio da juridicidade administrativa: Fontes, destinatários e regra abstrata .....	96

4.2.1 Fontes específicas do Princípio da Juridicidade Administrativa .....	99
4.2.2 Destinatários do Princípio da Juridicidade Administrativa .....	101
4.2.3 Regra Abstrata do Princípio da Juridicidade Administrativa .....	102
4.3 Conteúdo jurídico do princípio da juridicidade administrativa.....	104
4.3.1 Vinculação aos princípios constitucionais .....	105
4.3.2 Respeito aos Direitos Fundamentais .....	106
4.3.3 Princípio da Legalidade Administrativa .....	107
4.3.4 Princípios da Proporcionalidade e Razoabilidade .....	107
4.3.5 Princípio Razoabilidade Qualificada .....	110
4.3.6 Valor Jurídico Axiomático.....	113
4.3.7 Motivação dos Atos Administrativos.....	117
4.3.8 Sindicabilidade Judicial.....	120
<b>5 Visão interpretativa do STF sobre a aplicação do princípio da juridicidade administrativa pela Administração Pública .....</b>	<b>127</b>
5.1 Metodologia.....	128
5.1.1 Procedimento de busca.....	130
5.1.2 Critérios de seleção.....	130
5.1.3 Análise dos julgados .....	131
5.1.4 Organização dos Resultados.....	132
5.1.5 Conclusão .....	132
5.2 O princípio da juridicidade administrativa em Julgados do STF.....	132
5.2.1 Reclamação 11.243 República Italiana, de 08 de junho de 2011 – Relator: Ministro Gilmar Mendes.....	133
5.2.1.1 Resumo do Caso: Contextualização do Caso e das Partes Envolvidas .....	133

5.2.1.2 Exame dos Argumentos Jurídicos Apresentados e da Fundamentação Utilizada pelo STF.....	134
5.2.1.3 Aplicação do Princípio da Juridicidade Administrativa: Identificação de como o princípio foi aplicado e interpretado no caso específico.....	136
5.2.1.4 Comentários Críticos: Reflexões sobre a decisão e suas implicações para o Direito Administrativo.....	137
5.2.2 Recurso Extraordinário 632.853 Ceará, de 23 de abril de 2015 – Relator: Ministro Gilmar Mendes.....	137
5.2.2.1 Resumo do caso: Contextualização do Caso e das Partes Envolvidas .....	140
5.2.2.2 Exame dos argumentos jurídicos apresentados e da fundamentação utilizada pelo STF....	140
5.2.2.3 Aplicação do princípio da juridicidade administrativa: Identificação de como o princípio foi aplicado e interpretado no caso específico.....	141
5.2.2.4 Comentários críticos: Reflexões sobre a decisão e suas implicações para o Direito Administrativo .....	142
5.2.3 Recurso Extraordinário 381.367 Rio Grande do Sul, de 26 de outubro de 2016 - Relator: Ministro Marco Aurélio .....	143
5.2.3.1 Resumo do Caso: Contextualização do Caso e das Partes Envolvidas .....	143
5.2.3.2 Exame dos Argumentos Jurídicos Apresentados e da Fundamentação Utilizada pelo STF.....	143
5.2.3.3 Aplicação do princípio da juridicidade administrativa: Identificação de como o princípio foi aplicado e interpretado no caso específico .....	145

5.2.3.4 Comentários Críticos: Reflexões sobre a decisão e suas implicações para o Direito Administrativo.....	146
5.2.4 Recurso Extraordinário 661.256 Santa Catarina, de 27 de outubro de 2016 – Relator: Ministro Luís Roberto Barroso .....	146
5.2.4.1 Resumo do caso: Contextualização do Caso e das Partes Envolvidas .....	148
5.2.4.2 Exame dos Argumentos Jurídicos Apresentados e da Fundamentação Utilizada pelo STF .....	148
5.2.4.3 Aplicação do princípio da juridicidade administrativa: Identificação de como o princípio foi aplicado e interpretado no caso específico.....	149
5.2.4.4 Comentários críticos: Reflexões sobre a decisão e suas implicações para o Direito Administrativo.....	149
5.2.5 Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.239 Distrito Federal, de 08 de fevereiro de 2018 – Relator: Ministro Cezar Peluso .....	150
5.2.5.1 Resumo do Caso: Contextualização do Caso e das Partes Envolvidas .....	150
5.2.5.2 Exame dos Argumentos Jurídicos Apresentados e da Fundamentação Utilizada pelo STF.....	151
5.2.5.3 Aplicação do princípio da juridicidade administrativa: Identificação de como o princípio foi aplicado e interpretado no caso específico.....	152
5.2.5.4 Comentários críticos: Reflexões sobre a decisão e suas implicações para o Direito Administrativo .....	153
5.2.6 Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.852 Mato Grosso do Sul, de 24 de agosto de 2020 – Relator: Ministro Dias Toffoli.....	154

5.2.6.1	Resumo do Caso: Contextualização do Caso e das Partes Envolvidas .....	154
5.2.6.2	Exame dos Argumentos Jurídicos Apresentados e da Fundamentação Utilizada pelo STF.....	154
5.2.6.3	Aplicação do princípio da juridicidade administrativa: Identificação de como o princípio foi aplicado e interpretado no caso específico .....	157
5.2.6.4	Comentários críticos: Reflexões sobre a decisão e suas implicações para o Direito Administrativo .....	157
5.2.7	Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.645 Distrito Federal, de 12 de setembro de 2023 – Relator: Ministro Luiz Fux .....	158
5.2.7.1	Resumo do Caso: Contextualização do Caso e das Partes Envolvidas .....	159
5.2.7.2	Exame dos Argumentos Jurídicos Apresentados e da Fundamentação Utilizada pelo STF.....	160
5.2.7.3	Aplicação do Princípio da Juridicidade Administrativa: Identificação de como o princípio foi aplicado e interpretado no caso concreto.....	161
5.2.7.4	Comentários críticos: Reflexões sobre a decisão e suas implicações para o Direito Administrativo.....	161
5.3	Considerações sobre as decisões do Supremo Tribunal Federal acerca do princípio da juridicidade administrativa.....	162
<b>6</b>	<b>Conclusão .....</b>	<b>171</b>
	<b>Referências .....</b>	<b>183</b>